

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.640.236 - PI (2020/0000050-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**AGRAVANTE** : CARLOS ANDREOLLE DOS SANTOS LIMA  
**ADVOGADOS** : NIKÁCIO BORGES LEAL FILHO E OUTRO(S) - PI005745  
FERNANDO GALVÃO NETO - PI015941  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por CARLOS ANDREOLLE DOS SANTOS LIMA contra a decisão proferida no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí que não admitiu seu recurso especial fundado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal.

Depreende-se dos autos que o agravante foi condenado, como incurso nas sanções do art. 155, § 4º, II e IV, do CP (furto qualificado) e do art. 155, *caput*, do CP (furto simples), à pena total de 9 anos e 6 meses de reclusão, no regime inicial fechado.

A apelação defensiva foi parcialmente provida para reduzir a pena do ora agravante para 5 anos, 6 meses e 15 dias de reclusão, a ser cumprida no regime inicial semiaberto (e-STJ fls. 523/568).

Nas razões do recurso especial, a defesa aponta violação ao disposto no art. 155, § 2º, do Código Penal, sustentando que o apenado faria jus ao privilégio previsto nesse dispositivo legal (furto privilegiado).

Contrarrazões às e-STJ fls. 626/640.

Inadmitido o apelo extremo, o recurso subiu a esta Corte por meio de agravo.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo (e-STJ fls. 724/727).

É o relatório.

**Decido.**

Não assiste razão ao agravante.

Para o reconhecimento da figura privilegiada do furto, prevista no § 2º do art. 155 do Código Penal, a jurisprudência estabeleceu o parâmetro de um salário mínimo para aferir o pequeno valor da coisa.

Nesse sentido:

*HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA ACÓRDÃO DE APELAÇÃO CRIMINAL E EMBARGOS INFRINGENTES. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. FURTO. ESCALADA. VALOR DO BEM. 41% DO SALÁRIO MÍNIMO À ÉPOCA DOS FATOS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. ATIPICIDADE MATERIAL. NÃO RECONHECIMENTO. ART. 155, § 2.º, DO CÓDIGO PENAL. FURTO PRIVILEGIADO. POSSIBILIDADE. PACIENTE PRIMÁRIO. RES FURTIVA. VALOR INFERIOR A UM SALÁRIO MÍNIMO. QUALIFICADORA OBJETIVA. REQUISITOS PREENCHIDOS. SÚMULA 511/STJ. NÃO CONHECIMENTO. ORDEM DE OFÍCIO.*

[...]

***4. Para a concessão do benefício do privilégio no crime de furto, exige-se que o agente seja primário e de pequeno valor a res furtiva, ou seja, a importância do bem não deve ultrapassar um salário mínimo. Nos termos da Súmula 511 desta Corte, é cabível o benefício mesmo no caso de crime qualificado, desde que a qualificadora seja de ordem objetiva.***

*5. Hipótese em que o paciente é primário e o valor do bem é inferior ao salário mínimo vigente na data do delito. A qualificadora aplicada é de ordem objetiva (escalada). E as circunstâncias judiciais foram consideradas favoráveis, com a fixação da pena-base no mínimo legal. Em razão da qualificadora, razoável a redução da reprimenda no patamar de 1/3 (um terço).*

*6. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de aplicar o benefício previsto no § 2.º do art. 155 do Código Penal, e, por conseguinte, reduzir a pena do paciente para 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, mais 6 (seis) dias-multa, em regime inicial aberto, mantidos os demais termos da sentença e do acórdão. (HC 358.358/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 24/08/2016, grifei.)*

*HABEAS CORPUS. WRIT SUBSTITUTIVO. FURTO QUALIFICADO TENTADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INCIDÊNCIA. VALOR DA RES FURTIVA. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. IMPOSSIBILIDADE. FURTO PRIVILEGIADO. INCIDÊNCIA. ALTERNATIVAS DO ART. 155, § 2º, DO CÓDIGO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. SUBSTITUIÇÃO POR MULTA.*

POSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS CONCEDIDO DE OFÍCIO.

[...]

**4. O reconhecimento do privilégio legal - direito subjetivo do réu - exige a conjugação de dois requisitos objetivos, consubstanciados na primariedade e no pequeno valor da coisa furtada, que, na linha do entendimento pacificado neste Superior Tribunal, deve ter como parâmetro o valor do salário mínimo vigente à época dos fatos.**

5. A Terceira Seção desta Corte Superior consolidou o entendimento, no julgamento dos Recursos Especiais Representativos de Controvérsia n. 1.193.932/MG, 1.193.558/MG, 1.193.554/MG e 1.193.194/MG, submetidos ao rito do art. 543-C do CPC, de que o privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal pode ser aplicado mesmo quando o acusado for condenado pela prática de furto qualificado. Súmula n. 511 do STJ.

6. A aplicação da minorante abre um leque de possibilidades para o magistrado, que deve fundamentar a escolha que faz entre as alternativas legais: a) substituir a pena de reclusão por detenção; b) diminuir a pena privativa de liberdade de um a dois terços; c) aplicar somente a pena de multa.

7. Diante da ausência de elementos que permitam identificar maior gravidade e reprovabilidade na conduta do paciente (tanto que a pena-base foi imposta no mínimo legal), deve a pena privativa de liberdade ser substituída por multa, a ser estabelecida pelo Juízo da execução, conforme os parâmetros do art. 60 do Código Penal.

8. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para, reconhecida a incidência do privilégio descrito no art. 155, § 2º, do Código Penal, determinar a substituição da pena privativa de liberdade imposta ao paciente por multa, cujo valor será determinado pelo Juízo da execução. (HC 332.395/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 19/05/2016, grifei.)

No caso dos autos, sobre o valor dos bens subtraídos, extrai-se do acórdão recorrido o seguinte (e-STJ fl. 532):

*"[...] no dia 04 de Janeiro de 2014, por volta das 11h20min, ao lado da empresa Eletrobrás, nesta urbe, os acusados subtraíram, com consciência e vontade, 02 (duas) carteiras de bolso, **cartão de crédito, talão de cheques, documentos do veículo Toyota Hillux SW4, 01 (um) perfume Lady Million, 01 (um) celular Samsung S3 Neo, além da quantia de R\$ 400 (quatrocentos reais)**, do interior do veículo da vítima, Sr RUD ALEXANDRE DE SOUSA.*

*(...) De imediato, o Sr RUD ALEXANDRE DE SOUSA compareceu a uma agência bancária, no intuito de cancelar os seus cartões. Inesperadamente, o gerente da agência informa ao referido que ocorreu um **saque no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)**, além de uma **transferência de R\$ 400,00 (quatrocentos reais)**."*

# Superior Tribunal de Justiça

Verifica-se, portanto, que, de fato, não há que se falar na aplicação da minorante relativa ao privilégio, haja vista que, no caso, o valor da *res furtiva* representava mais do que o salário mínimo vigente à época dos fatos (janeiro de 2012 – R\$ 937,00).

Ademais, na linha da jurisprudência deste Tribunal Superior, "*havendo concurso de crimes, é devida a utilização do valor total do prejuízo causado em todos os ilícitos para fins de verificação do cumprimento dos requisitos da figura privilegiada, de modo que, ultrapassado o valor do salário mínimo, inviável o reconhecimento do benefício*" (AgRg no HC n. 480.970/SC, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 6/6/2019, DJe 18/6/2019).

À vista do exposto, **conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator